



CONTY A-CORRENTE

A análise da conjuntura econômica na visão e linguagem do sindicalismo classista e dos movimentos sociais

Boletim quinzenal de conjuntura econômica do ILAESE

Ano 03, Nº 40 - 15 de Abril de 2013

A educação garante ascensão social?

Qual a relação entre escolaridade e renda nos anos 2000?

por *Éric Gil Dantas*

Quem nunca ouviu esta frase antes: “estude, meu filho, para ser alguém na vida.”?

Sabidamente, a população brasileira atende ao chamado preocupado de pais, mães e professores e tem conseguido aumentar a escolaridade do país nas últimas décadas.

Muitas das vezes por meio de uma dupla ou tripla jornada, combinando escola, trabalho e atividade doméstica, jovens e adultos, juntos com milhares de crianças, buscam nas escolas e nas universidades a maior

promessa do capitalismo: a ascensão social por meio da educação.

No entanto, se nos limitarmos a analisar apenas um aspecto desta promessa, a relação entre escolaridade e renda, vamos perceber que a classe trabalhadora tem muito o que reivindicar.

Dos anos 60 aos anos 80, a promessa de ascensão social por meio da educação só foi confirmada por setores muito reduzidos da classe trabalhadora, cujo acesso à universidade se constituiu como uma garantia de ocupar as faixas salariais

mais elevadas.

Na década de 90, isso começa a mudar e as demissões são maiores justamente nas ocupações com maior escolaridade, melhores salários e mais experiência profissional.

Nos anos 2000, com a retomada do emprego, qual a configuração podemos perceber entre escolaridade e renda?

A educação tem sido uma garantia de ascensão social?

A expansão da escolaridade nas últimas décadas tem sido acompanhada com elevação dos rendimentos?

A educação é garantia de bons empregos?

Contra o discurso simplista de que o problema da desocupação e da baixa remuneração é a falta de qualificação, Brasil vive cenário de expansão da instrução combinada com baixos salários.

Sempre escutamos por parte da grande mídia que há empregos, e que só falta mão de obra qualificada.

Se a população estudasse mais e se qualificasse, teria emprego e ganharia como nos países desenvolvidos.

Qualificação estaria diretamente associada à educação, e, conseqüentemente, a nível salarial.

Mas parece que não é isto o que está ocorrendo.

Como vimos ao longo da série do Contra-Corrente, no ano passado, sobre “a nova classe média”, a expansão da massa salarial nos últimos 10 anos está combinada com um processo de nivelamento do salário em valores muito baixos.

De 1999 até 2009, a faixa de renda de até 1,5 salário mínimo saltou de 34,3% do total, para 47,8%.

Quer dizer que quase metade da população economicamente ocupada sobrevive, hoje, com este nível de renda.

Os ganhos do salário

mínimo foram compensados, pelo capital, com o rebaixamento das faixas de renda.

Isso contribuiu para formar um fenômeno novo no Brasil: a combinação de alta escolaridade com baixos salários.

Se até os anos 80 o acesso ao ensino superior era sinônimo de expansão da renda, atualmente não se tem este mesmo efeito.

Entre 1999 a 2009, os trabalhadores que estudaram 12 anos ou mais

(o que inclui nível superior) e que recebem 1,5 SM passaram de 3,5% para 8% do total.

Já os que nunca estudaram e estão na mesma faixa salarial, caíram de 14,9% para 8,8%, no mesmo período

Níveis de renda que eram identificados com o analfabetismo ou instrução primária hoje são ocupados por trabalhadores que concluíram a universidade.

A população brasilei-

ra tem estudado mais e se esforçado mais, mas seu nível de vida material não acompanha tal esforço.

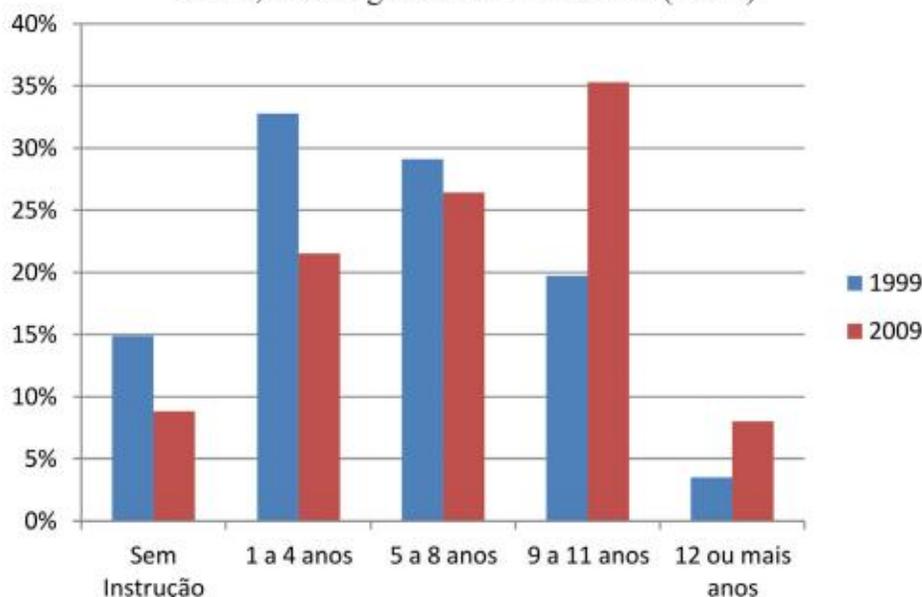
O instrumento de ascensão social mais divulgado pelo capitalismo parece falhar, e com ela a esperança de um país mais justo socialmente só pela educação.

E qual é a justificativa da grande mídia para isto?

Vejam os um pouco sobre as causas deste fenômeno. ●

Escolaridade nem sempre rima com melhorias salariais

Evolução da composição dos trabalhadores com 1,5 SM segundo anos de estudos (em %)



Fonte: IBGE/ PNAD apud POCHMANN, M. Nova Classe Média? Ed. Boitempo, 2012, p. 40

Por que os salários no Brasil não acompanham a escolaridade?

Nos anos 60, foi desenvolvida nos EUA a Teoria do Capital Humano.

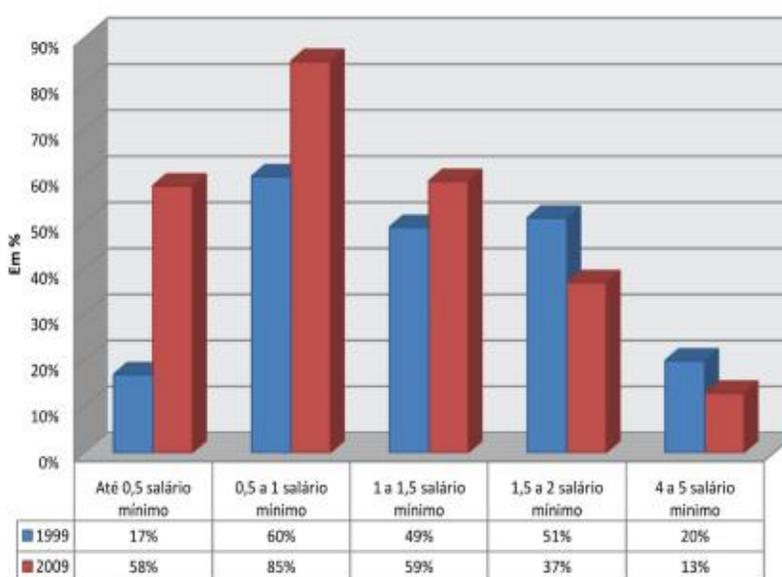
Segundo seus principais formuladores, a educação deveria ser entendida como um ativo econômico: quanto maior o investimento que um país e/ou indivíduos fizessem nela, maior seria o retorno financeiro no futuro.

Isso se daria porque a educação permitiria aumentar a produtividade do trabalho e o valor agregado nas mercadorias. Quanto maior a produtividade do trabalho, supostamente maior seria a remuneração do trabalho.

Curioso é perceber que as duas últimas décadas no Brasil, de modo diferente, contradizem frontalmente a Teoria do Capital Humano.

Nos anos 90, quando tivemos um *boom* de desemprego no país, as ocupações que mais se extinguíram foram justamente aquelas de maior qualificação, melhores salários e

Taxa de rotatividade por faixa de renda



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS.

maior experiência profissional.

Nos anos 2000, mesmo com um *boom* de empregos, os salários no Brasil não aumentaram com a expansão da escolaridade. Por que isso acontece?

Primeiro, porque a Teoria do Capital Humano parte de um princípio equivocado: de modo geral, o aumento na produtividade do trabalho não resulta em salários maiores; pela dinâmica do capitalismo, a tendência ge-

ral é justamente a inversa.

E é compreensível que assim o seja, uma vez que aumento da produtividade é apenas outro modo de falar aumento da exploração.

O aumento da produtividade permite reduzir os custos dos produtos, principalmente aqueles que compõem os meios de subsistência dos trabalhadores.

Quanto maior for a produtividade dos trabalhadores rurais no Bra-

sil ou dos operários chineses, por exemplo, mais baratos ficarão os alimentos, roupas e outros produtos manufaturados no mundo todo.

Com isso, os capitais europeus e americanos poderão pagar salários menores para os trabalhadores destes países, além de manterem os operários brasileiros e chineses em condições sub-humanas.

Além desta dinâmica geral do desenvolvimento capitalista, o Brasil tem as particularidades de um país periférico, marcado pela superexploração do trabalho. O exército de trabalhadores informais e em condições muito precárias pressionam os salários de toda a classe trabalhadora para baixo.

Por fim, do ponto de vista conjuntural, as empresas estão se valendo cada vez mais da alta rotatividade do trabalho para manter os salários em níveis muito baixos (vide gráfico). ●

A Precarização da Educação Brasileira

Brasil é o pior país da América do Sul no ranking da educação da Unesco/ONU

Além da conclusão de que o salário não necessariamente varia junto aos anos estudados e à produtividade do trabalho, outro fator piora ainda mais esta correlação: a precarização vista em nosso sistema educacional.

Na década de 1990, a universidade pública passou por sistemáticos ataques do governo FHC, onde estrangulou os recursos, impedindo concursos e a reestruturação física das universidades.

Nos agora “celebrados” dez anos de governos do PT, as duas principais políticas do ensino superior foram, de um lado, o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e, de outro, o Programa Universidade para Todos

(PROUNI) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) para as faculdades privadas.

O REUNI, instituído em 2007, com objetivo de expandir o número de estudantes no ensino superior, exige mais resultados com menos recursos. A exigência mais crítica é a de subir para 18 o número de alunos por professores. Em 2007 este número era de 10 alunos, hoje já estamos em 11,2, rumo aos 18.

Já o PROUNI e o FIES servem para financiar e sustentar o empresariado da educação privada do país. Hoje já temos, de acordo com o censo do INEP, 73,69% do total de matrículas do ensino superior na iniciativa privada. Em 2012,

o governo perdoou uma dívida de 17 bilhões de reais que grupos privados de ensino tinham com impostos em troca de bolsas do PROUNI, estendida ao longo de 15 anos. Bolsas estas que saem mais caras do que abrir uma vaga em uma universidade pública.

Mas, com o financiamento dado pelo governo federal para a educação pública, há como termos saída? Na Lei Orçamentária Anual do ano passado, dos R\$ 2,15 trilhões do total do orçamento, apenas 3,18% foi direcionado para a educação, enquanto 47,19% foi para pagamento de juros e rolagem da dívida pública.

Não por acaso o Brasil figura sempre nas últimas posições de ranking em qualidade da educação. ●

Na Lanterna

Ranking da Unesco de Educação

1	Japão
2	Reino Unido
3	Noruega
4	Cazaquistão
5	França
12	Espanha
14	Cuba
27	Grécia
33	Estados Unidos
36	Uruguai
38	Argentina
47	Portugal
49	Chile
71	Colômbia
72	Peru
74	Venezuela
77	Paraguai
78	Bolívia
80	Equador
88	Brasil
127	Níger

EXPEDIENTE

Contra-corrente é uma publicação quinzenal elaborada pelo ILAESE para os sindicatos, oposições sindicais e movimentos sociais. **Coordenação Nacional do ILAESE:** Antonio Fernandes Neto, Arthur Gibson, Bernardo Lima, Daniel Kraucher, Daniel Romero, Eric Gil Dantas, Érika Andreassy, Fred Bruno Tomaz, Guilherme Fonseca, José Pereira Sobrinho, Juary Chagas, Nando Poeta e Nazareno Godeiro. **Editor responsável:** Daniel Romero. **Contato:** Praça Padre Manuel da Nóbrega, 16 - 4º andar. Sé - São Paulo-SP. CEP: 01015-000 - (11) 7552-0659 - ilaese@ilaese.org.br - www.ilaese.org.br. CNPJ 05.844.658/0001-01.